

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Senadores ouvem mais seis entidades sindicais

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne, pela segunda vez, ministro Ricardo Berzoini e representantes dos trabalhadores. Relator da reforma, Tião Viana quer também consultar os governadores sobre a questão dos subtetos salariais nos estados



Márcio Kalline

DEBATES Na semana passada, CCJ promoveu a primeira audiência com ministro e dirigentes sindicais sobre a reforma previdenciária; hoje e amanhã serão realizadas mais duas

Página 3

Renan: combate à seca precisa de tecnologia

Convencido de que é hora de acabar com a "cultura da seca", Renan Calheiros afirma que o país precisa "pensar grande" sobre o assunto, investindo em pesquisa e tecnologia de ponta.

Página 2



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Brasil deve ter regras sobre destino do lixo, diz Papaléo



Projetos destacam reciclagem

Um dos pontos destacados pelos dois projetos que tratam da política nacional de resíduos sólidos – tanto o que foi arquivado quanto o que está em tramitação no Senado – é o da reciclagem do lixo. No Brasil, o tratamento de resíduos sólidos ainda é pequeno. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada em 2000, dos 5,5 mil municípios brasileiros, apenas 6,4% possuíam serviço de reciclagem. Veja abaixo o percentual de municípios com esse tipo de serviço, por região.

Norte	0,4
Nordeste	1,3
Sul	16,6
Sudeste	6,9
Centro-Oeste	4,3
Brasil (média)	6,4



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Para o senador Papaléo Paes, o Congresso deve tomar posição sobre projetos que tratam de uma política nacional de resíduos sólidos. Do lixo produzido no país, informa ele, 21% são depositados a céu aberto.

Página 7

Plenário homenageia memória de Juscelino

Citado como exemplo para o país e elogiado pelo espírito empreendedor, o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi lembrado por vários senadores a propósito do transcurso dos 101 anos de seu nascimento

Página 4



ESFORÇO Lobão elogia o governo do Maranhão por "iniciativa pioneira"

Lobão destaca luta pelo fim do trabalho escravo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a realização da I Jornada Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, de 25 a 27 de agosto, no município de Açailândia. O evento foi apontado como uma "iniciativa pioneira" do governo estadual, em sintonia com determinação do presidente Lula de "extirpar do país, até o fim do seu mandato, qualquer resquício dessa indigna exploração do ser humano".

Lobão lembrou também o lançamento pelo governo federal, em março passado, de plano para acabar com o trabalho escravo, em que são propostas 75 medidas para alcançar tal objetivo. Ele registrou ainda a edição do decreto, em 31 de julho passado, que cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae).

– Há, pois, uma disposição firme e rigorosa para se dar fim, no Brasil, ao chamado trabalho escravo – afirmou.

A Comissão Pastoral da Terra estima que 25 mil brasileiros estejam submetidos à condição de trabalho escravo, informou o senador.

Agenda

Senado realiza sessão plenária a partir das 14h30

Os trabalhos legislativos, na sessão que começa às 14h30, são restritos a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, sem votações de matérias. O leitor pode acompanhar a sessão ao

vivo pela TV ou Rádio Senado. Amanhã, no mesmo horário, os senadores devem examinar, entre outros itens, o Projeto de Lei da Câmara nº 43/03, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher.

CPI do Banestado ouve Nicéa Camargo

Presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que apura responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC5, faz reunião amanhã, às 11h, para ouvir o depoimento de Nicéa Camargo, ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta.



Guido Mantega fala sobre Orçamento para 2004



A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai ouvir amanhã, às 15h, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega (foto), sobre os projetos de lei orçamentária anual para 2004 e do Plano Plurianual para 2004/2007. A comissão, presidida pelo senador

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), também realizará sessão deliberativa ordinária para analisar pauta que inclui diversos projetos que concedem crédito suplementar e avisos de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Reforma da Previdência em audiência pública na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouve hoje entidades sindicais sobre a reforma da Previdência, em

audiência pública, às 15h, com a presença do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Devem comparecer, entre outros, repre-

sentantes da Central Única dos Trabalhadores, da Central Geral dos Trabalhadores e da Confederação de Aposentados.

Política de desenvolvimento regional na CAE

Entre os itens a serem examinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião marcada para amanhã, às 10h, está o projeto que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Em junho, o colegiado realizou audiência pública com o presidente do BNDES, Carlos Lessa, sobre o assunto. O relator da matéria (PLS nº 9/99) é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).



Assistência farmacêutica

No programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado hoje, às 19h30, Gyselle Saddi Tannous, da Sociedade Pestalozzi, e Artur Custódio, da comissão organizadora da Conferência Nacional de Medicamentos, falam sobre a universalização da assistência farmacêutica. Embora o Sistema Único de Saúde gaste por ano cerca de R\$ 3 bilhões em remédios, oito em cada dez brasileiros não têm acesso aos medicamentos.

Comissão examina indicações

Amanhã, a partir das 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza sabatina com o indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Francisco Oliveira Filho. O colegiado deve votar a indicação de Carlos Alberto Cotta, ouvido na semana passada, para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PROPOSTA Nordeste precisa de pesquisa de ponta e novas tecnologias, afirma Renan

Renan quer acabar com "cultura da seca"

Ao anunciar um novo período de seca na região semi-árida do Nordeste, em especial em Alagoas, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou na sexta-feira, em Plenário, que é chegada a hora de se pensar grande sobre o tema. Em vez de remediar os efeitos da seca, é preciso investir em pesquisa e tecnologia de ponta, sugeriu.

Para Renan, é necessário mudar a estrutura fundiária do Nordeste, para que mais capital privado se fixe na região.

– Temos que extirpar da mentalidade do nordestino a chamada 'cultura da seca' para dar lugar a um novo paradigma de organização comunitária, rejeitando antigos padrões de clientelismo servil – sustentou.

O senador observou que o clima semi-árido tropical do Nordeste proporciona alta luminosidade, calor constante e baixa umidade relativa do ar, fatores que, aliados à irrigação, resultam em maior velocidade de crescimento das plantas, maior produtividade e menor incidência de pragas.

Exemplo

Renan lembrou a experiência exitosa de Israel, que seria um deserto muito pior do que o Nordeste, não fosse a irrigação artificial, de alta tecnologia.

Para ele, o Nordeste tem vasto potencial para a instalação de agroindústrias orientadas para a fruticultura, que podem empregar métodos de irrigação adequados.

Renan enfatizou, ainda, que o investimento para se criar um emprego na horticultura é da ordem de US\$ 6 mil – 15 vezes menor do que o necessário para se criar um emprego na indústria automobilística. Ele garantiu que o nordestino deseja oportunidade de trabalho, para ganhar a vida com seus próprios esforços.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Serys quer sessão sobre violência contra a mulher

A senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT) pediu na sexta-feira apoio dos senadores a requerimento de sua autoria para que seja realizada sessão especial por ocasião do Dia Internacional do Combate à Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. Segundo a senadora, a sessão representará um compromisso do Senado com a causa feminina.

Serys disse que, somente em Portugal, morrem por mês cinco mulheres, vítimas de maus-tratos. E que, no Brasil, os números são ainda piores.

– Não podemos deixar que isso continue. É uma realidade muito triste, e a violência contra a mulher deve ser rechaçada.

Serys leu uma poesia intitulada *Hoje recebi flores*, de autoria desconhecida, sobre uma mulher que relata as agressões que sofreu por parte de seu marido.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que estava presidindo a sessão, afirmou que o requerimento para a sessão especial já recebeu o apoio da Mesa da Câmara dos Deputados, que indicou as deputadas Laura Carneiro (PFL-RJ) e



Waldemir Rodrigues

TRISTE REALIDADE Serys afirma que agressões à mulher devem ser rechaçadas

Jandira Feghali (PCdoB-RJ) como oradoras.

Allende

Serys voltou a reverenciar a memória do ex-presidente do Chile Salvador Allende. Ela destacou os compromissos que o ex-dirigente do Chile honrou “em atendimento à vontade soberana do povo chileno, sem subterfúgios, sem mentiras, sem vacilações”.

A senadora ressaltou que, contra as propostas de Allende, levantaram-se forças poderosas, capitaneadas pelo governo norte-americano. O ex-presidente, acrescentou, deve ser lembrado como um herói “de todas estas Américas tão exploradas pelas nações até aqui hegemônicas, que não têm vacilado em recorrer aos crimes mais brutais, como foi o assassinato do líder chileno, no intuito de fazer valer os seus interesses”.

Roseana espera maior participação feminina

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) aplaudiu a iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Fundação Alexandre Gusmão, do Itamaraty, de realizar em Brasília o seminário “Mulher, Política e Poder no Brasil”, que iniciou um debate nacional sobre a participação feminina nas eleições do ano que vem.

Depois de fazer um histórico dos avanços que as mulheres obtiveram no Brasil na área política, Roseana lamentou que, desde a instituição do voto feminino no país, há 71 anos, as mulheres só estejam ocupando 8,8% das cadeiras da Câmara Federal e 12,3% do Senado. As mulheres somam mais de 50% do eleitorado brasileiro.

– Apesar desses percentuais, o perfil político do Senado tem sofrido profundas alterações, acolhendo mulheres emblemáticas na luta pelos direitos

da cidadania, como é o caso, por exemplo, de Benedita da Silva e de Marina Silva – disse.

Benedita é ex-empregada doméstica do Rio de Janeiro e Marina Silva ex-seringueira do Acre. As duas agora são ministras do governo Luiz Inácio Lula da Silva (respectivamente, da Assistência Social e do Meio Ambiente).



Roosevelt Pinheiro

DESIGUALDADE Roseana lembra que mulheres só ocupam 12,3% das cadeiras no Senado

Senadores ouvem centrais sindicais sobre Previdência

Audiências serão realizadas hoje e amanhã. Tião Viana quer consultar também governadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ouviu hoje mais seis entidades sindicais sobre a reforma da Previdência, em audiência pública marcada para as 15h, com a presença do ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Será a segunda pública no Senado sobre a reforma e nova rodada já está marcada para amanhã, também à tarde.

Na reunião de hoje, estarão presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, da Associação dos Magistrados Brasileiros, do sindicato dos professores de universidades e da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF).

O relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), que parti-



Geraldo Magela

PARECER Relator Tião Viana se manifesta nesta quarta-feira sobre emendas de senadores

cipa das audiências públicas, também pretende ouvir os governadores sobre os subtelos salariais aprovados pelos deputados para os poderes estaduais. A Câmara aprovou três subtelos estaduais – um para cada poder. Grande número de emendas apresentadas à reforma pelos senadores busca criar apenas um subteto estadual, equivalente a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal, o que signifi-

ca cerca de R\$ 15.600.

Tião Viana, no entanto, tem ponderado que o subteto único criará problemas nos estados onde a lei determina que o maior salário dos funcionários do Executivo é o do governador. Em vários estados esse salário fica bem abaixo do subteto proposto. A idéia é tentar encontrar uma fórmula que mantenha como salário máximo nos estados o valor de R\$ 15.600 (cortando as altas aposentadorias), desde que no Executivo ninguém ganhe mais que o governador.

Nesta quarta-feira, o relator Tião Viana apresentará seu parecer sobre as 256 emendas já propostas pelos senadores à reforma da Previdência – mais de três por senador. A leitura do parecer deverá ser feita em reunião da CCJ convocada para as 10h. Os senadores acreditam que o presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), concederá prazo de alguns dias para que os parlamentares examinem o parecer de Tião Viana.

Leia mais sobre reformas na página 5

Plenário já pode votar indicação de Luiz Otávio

Decisão do presidente em exercício do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, desembargador Carlos Fernando Mathias, expedida às 22h da última quinta-feira, possibilita que a indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o Tribunal de Contas da União (TCU), já aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seja votada em Plenário.

O desembargador acolheu recurso de “suspensão de segurança” interposto pelo advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, e o advogado-geral adjunto, Shalon Granada, suspendendo os efeitos da liminar concedida pelo juiz substituto da 21ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, Guilherme Jorge de Resende Brito, na ação popular movida pelo advogado Ricardo Luiz Rocha Cubas, funcionário do TCU. A liminar interrompeu a tramitação da indicação de Luiz Otávio, por escolha do Senado, para a vaga naquele tribunal.

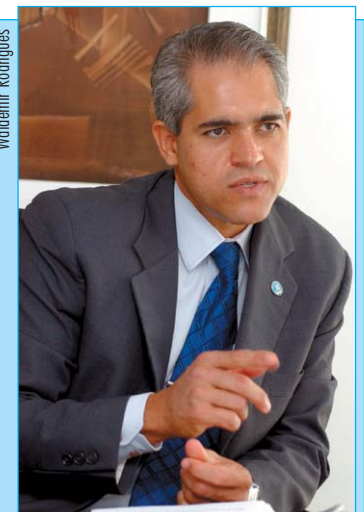
O principal argumento que embasou a decisão do presidente em exercício do TRF, segundo Cascais, foi o reconhecimento de que a li-

minar acarretou “grave lesão à própria ordem jurídica, na medida em que estaria a inibir o exercício das funções constitucionais até de dois Poderes da República”.

O advogado-geral do Senado explicou que o desembargador entendeu que houve interferência indevida de um Poder sobre outro. Além disso, o presidente em exercício do TRF considerou a natureza complexa do ato, que “somente viria a se completar, adquirir existência jurídica, mediante a expedição da competente mensagem” ao presidente da República. Assim, a liminar concedida pelo juiz substituto da 21ª Vara suspendeu ato “a rigor inexistente”. De acordo com Cascais, a “suspensão de segurança” foi requerida na quinta-feira, com base na Lei nº 8.437 de 1992.

Providências

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou a apresentação de “agravo de instrumento”, por meio do advogado-geral da Casa e do advogado-geral adjunto, constituídos como seus procuradores, para cassar em definitivo a liminar expedida pelo juiz Guilherme Brito.



Waldemir Rodrigues

DECISÃO Recurso interposto pelo advogado Alberto Cascais foi acolhido pelo TRF

Cascais explicou que a ação popular prossegue no seu rito ordinário, mas sem a interrupção do ato legislativo de indicação de Luiz Otávio para o TCU. Os senadores citados na ação popular (o presidente do Senado, os integrantes da CAE, as lideranças partidárias e o próprio Luiz Otávio) terão 20 dias, contados a partir da data da citação, para apresentar as suas contestações.

Sarney informou que será feita representação ao corregedor-geral, por abuso de autoridade do juiz Guilherme Brito.

Para Mão Santa, Lula deve seguir o exemplo de JK

Senador afirma que ex-presidente foi nacionalista, corajoso e empenhado no desenvolvimento

Em pronunciamento sobre os 101 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu na sexta-feira, em Plenário, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que seja como JK: “nacionalista, um homem do desenvolvimento e da coragem”.

Para Mão Santa, feliz é o país que não precisa buscar exemplos de fora. Na opinião do senador, Juscelino é um símbolo do que o Brasil precisa: desenvolvimento, trabalho, emprego



Roosevelt Pinheiro

FORÇA Mão Santa acredita que JK enfrentou com resignação as injustiças e o sofrimento

e progresso. Mão Santa acrescentou que Juscelino suportou com resignação o sofrimento e as injustiças, sendo, também por esse motivo, um exemplo a ser seguido.

Numa reflexão sobre a história do mundo, o senador disse

que dois grandes líderes vieram à sua mente: Jesus Cristo e Juscelino Kubitschek. Para ele, enquanto Cristo arrastou multidões, fez um cego ver e um aleijado andar, multiplicou pães e peixes e pregou o amor, Juscelino pregou o otimismo e a ação.

Mão Santa recebeu, na quinta-feira, a comenda Soberana Ordem do Mérito do Empreendimento Juscelino Kubitschek, outorgada pelo Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo. Na presidência da sessão do Senado, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) considerou justa a homenagem ao senador pelo Piauí.

Em apartes, Maguito Vilela (PMDB-GO) e Valmir Amaral (PMDB-DF) se associaram à homenagem ao ex-presidente Kubitschek.

Paulo Octávio destaca espírito empreendedor de Juscelino

O ex-presidente Juscelino Kubitschek foi mais do que um grande estadista, disse na sexta-feira o senador Paulo Octávio (PFL-DF). Foi, a seu ver, um verdadeiro empreendedor, pois acreditou no Brasil e concretizou seu sonho de desenvolvimento para o país ao construir Brasília.

– O momento em que JK mais amou a pátria foi quando anunciou em Jataí, no interior de Goiás, que, se presidente do Brasil, iria cumprir a Constituição e construir a nova capital, no centro do país. Ninguém sabia como, nem com quais recursos ele faria aquilo, mas aquela passou a ser meta síntese de seu governo. Aquele foi um momento abençoado que



Roosevelt Pinheiro

META Idéia de interiorização do desenvolvimento deve continuar, diz Paulo Octávio

mudou a realidade do Brasil – avaliou Paulo Octávio, acrescentando que até aquele momento 80% da população brasileira vivia no litoral.

Ele apontou as diversas dificuldades que Juscelino enfrentou para construir a cidade,

principalmente a resistência dos opositores da idéia de transferir a capital da “bela cidade do Rio de Janeiro para a solidão do cerrado”.

– Graças ao desprendimento de um visionário, temos uma capital da qual toda a população pode e deve se orgulhar – afirmou o senador, que disse defender a idéia da interiorização do desenvolvimento de JK com o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentado da Região do Cerrado.

Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Eurípedes Camargo (PT-DF) e Mão Santa (PMDB-PI) congratularam o orador e expressaram sua admiração pela figura de Juscelino Kubitschek.



Waldemir Rodrigues

CARENTES Maguito citou programas sociais que realizou quando governou Goiás

Maguito defende ações sociais do governo Lula

As medidas emergenciais no campo social desenvolvidas pelo governo Lula estão no caminho certo, segundo o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele defendeu em Plenário, na sexta-feira, maiores investimentos em ações que beneficiem os mais necessitados, a exemplo do programa Fome Zero.

Para reforçar sua opinião, o senador apresentou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no qual a redução da criminalidade no país passa pela redução das desigualdades sociais. Segundo revelou um recente estudo, mesmo que haja um aumento *per capita* anual de 4%, até 2006, São Paulo terá um aumento de 32% no número de assassinatos, com relação ao índice registrado em 2002.

– Nenhum aumento significativo de investimentos nas forças de segurança nem o desenvolvimento econômico reduzirão o medo que ronda as nossas casas. A única maneira de diminuir a criminalidade é criar condições dignas de vida para os que estão

na base da pirâmide social – declarou Maguito, para quem o estudo, na visão do senador, “cala a boca dos críticos das políticas sociais que o governo de Lula vem adotando”.

O senador disse que, quando foi governador de Goiás (1995-1998), levou adiante um trabalho similar ao que está sendo feito agora pelo governo federal, com a distribuição de cestas básicas e leite em todos municípios goianos, programas vinculados a iniciativas nas áreas de saúde e educação.

– No meu governo, registrou-se o maior número de crianças vacinadas no país. Isto porque, sem a vacina, a família não receberia ajuda do governo. A frequência escolar era outra exigência do governo para receber benefício. Não apenas a matrícula, mas a frequência – informou o senador.

Em seu governo, disse Maguito, Goiás estava entre os estados menos violentos do país, e uma das explicações para isso era o fato de o orçamento estadual destinar 6% da arrecadação para os mais necessitados.

– Com esse dinheiro matávamos a fome de milhares de pessoas, construíamos casas para os mais necessitados. Recebíamos as mesmas críticas que o presidente Lula recebe hoje, de que estávamos sendo assistencialistas. Se enganam aqueles que acham que não devemos fazer as medidas assistenciais para socorrer aqueles que estão no fundo do poço – afirmou o senador.

Pan-Americanos

No mesmo discurso, Maguito homenageou os dez atletas goianos que participaram dos Jogos Pan-Americanos, em agosto passado, oito dos quais ganharam medalhas.



Waldemir Rodrigues

INÉDITO Valmir Amaral afirma que JK mostrou genialidade ao abrir campanha no interior

Valmir Amaral lembra o histórico discurso em Jataí

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, destacando o discurso de campanha do então candidato à Presidência da República na cidade de Jataí (GO), no dia 4 de abril de 1955. Foi naquele dia, contou o senador, que Juscelino anunciou, em resposta a um ouvinte de seu comício, que iria cumprir a Constituição e construir a nova capital.

– Foi aí que o gênio, o homem

público, o político percebeu o momento e previu a grandeza do resultado ali contido. As grandes idéias da história da Humanidade acontecem sempre assim, frutos da casualidade unida à inteligência incomum de um homem que percebe a mágica daquele momento e prevê o seu resultado – salientou Valmir.

Ele observou que apenas o fato de Juscelino haver escolhido a cidade de Jataí para iniciar sua cam-

panha à Presidência já demonstrava a genialidade do candidato. Antes de Jataí, que fica no Brasil Central, recordou, todos os candidatos ao mesmo cargo iniciavam suas campanhas em grandes centros. “Era a primeira vez que um candidato fazia tal escolha: uma cidade pequena no interior do Brasil”, destacou.

O orgulho por representar, no Legislativo, o Distrito Federal, também foi citado por Valmir. Para ele,

o povo da cidade é lutador e determinado e busca com trabalho e estudo realizar a profecia de dom Bosco e o engrandecimento do Brasil.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou a sensibilidade política e a perspicácia de Juscelino em escolher Jataí para anunciar a construção de Brasília, já que a cidade, naquela época, era um reduto político do PSD, partido de JK.

REFORMAS

Senadores pedem mudanças na proposta de reforma tributária, lembrando que prefeituras necessitam de apoio para prestar serviços aos cidadãos e que desigualdades regionais devem ser combatidas



EMENDAS Lúcia Vânia pretende acabar com a taxa dos inativos aprovada na Câmara

Lúcia Vânia quer exame de projeto na CAS

A reforma previdenciária, por tratar-se de proposta de emenda à Constituição (PEC), também poderá ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não somente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), informou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao comunicar no Plenário já ter apresentado requerimento nesse sentido. Lúcia Vânia, que preside a CAS, estranhou que o colegiado fique de fora da discussão da matéria, apesar de competir regimentalmente à comissão, conforme observou, examinar questões relativas à Previdência e ao trabalho, ou seja, pontos considerados vitais e que constam da reforma.

A senadora também anunciou que vai apresentar três emendas à proposta da Previdência. A primeira excluindo a taxa dos inativos em 11%; a segunda eliminando o redutor sobre aposentadorias e pensões acima do Regime Geral da Previdência Social (RGPS); e a terceira estabelecendo nova regra de transição, na qual combina-se o tempo de serviço já cumprido pelo servidor até a promulgação da reforma com o aumento de idade mínima proposto. Para a senadora, a grande quantidade de emendas já oferecidas à proposição "confirma a tentativa de salvá-la, uma vez que o texto da pretendida reforma da Previdência não atende aos segurados que dela esperavam maior alcance e garantia de benefícios".

Mozarildo defende mais recursos para municípios

Parlamentar acha que prefeituras precisam ser fortalecidas para atender necessidades básicas da população

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) voltou a defender em Plenário, na sexta-feira, o fortalecimento dos municípios brasileiros, a começar por uma ampla reforma tributária que contemple com mais recursos todas as prefeituras, a fim de que elas possam dispor de meios para enfrentar problemas básicos de saúde, educação, segurança, desemprego, moradia.

Para Mozarildo, é necessário que o Congresso Nacional redefina a divisão do bolo tributário e canalize a maior parte dos recursos arrecadados para os municípios. Somente dessa maneira, observou, os prefeitos teriam condições de trabalhar para o crescimento das cidades e para a geração de emprego e renda.



Waldemir Rodrigues

EXPECTATIVA Mozarildo espera que papel dos municípios cresça com a nova ordem tributária

Na reforma defendida pelo senador Mozarildo Cavalcanti, os estados ficariam em segundo lugar na distribuição dos recursos arrecadados, sendo que competiria à União normatizar as políticas nos diversos campos de atuação da administração pública, como saúde e educação, fiscalizar a execução dessas políticas e, entre outras atribuições, manter o equilíbrio federativo.

– Tenho expectativa de que o papel desempenhado pelos

municípios possa crescer ainda mais. A mentalidade de que as prefeituras são meras receptoras de políticas públicas de iniciativa da União e dos estados começa a ceder paulatinamente, e em seu lugar nasce o fruto de que os municípios devem ser agentes de seu próprio desenvolvimento – salientou Mozarildo Cavalcanti.

Incentivos municipais

O senador informou que muitas prefeituras vêm incentivando programas de apoio ao cooperativismo, de treinamento profissional e de economia solidária.

Mozarildo Cavalcanti observou também que existem prefeitos usando parte do orçamento para montar programas de microcrédito, o que ele considera um avanço significativo para a emancipação municipal.



LARGADA Paim propõe como passo inicial a redução da jornada de trabalho

Paim pede nova CLT sem perda dos direitos

O desafio do Congresso é encontrar uma forma de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sem revogar os direitos adquiridos pelos trabalhadores. É a opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), que em discurso elegeu o combate ao desemprego como principal argumento para a mudança na legislação trabalhista.

Na avaliação do senador pelo Rio Grande do Sul, a atualização da CLT deve começar pela redução da jornada de trabalho. Ele comentou que estudos realizados por diversos institutos de economia apontam que a definição de uma jornada de 40 horas semanais criaria de imediato cerca de 4 milhões de empregos no Brasil.

A sugestão do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, de retirar da legislação as normas que caíram em desuso foi referendada por Paim. No entanto, o senador advertiu que muitas empresas estão deixando de cumprir algumas obrigações trabalhistas – como o 13º salário, a concessão de férias e o descanso remunerado – na esperança de que uma mudança na lei confirme a sua prática.

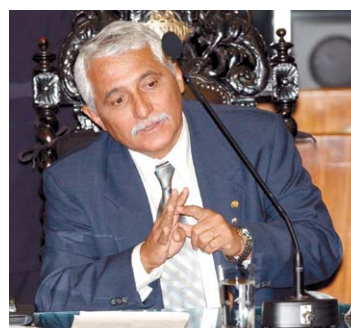
Paim recomendou extremo cuidado quando o assunto a ser tratado for a flexibilização de direitos trabalhistas. Ele alertou que a experiência dos países que flexibilizaram sua legislação foi desastrosa para a classe trabalhadora. Como exemplo, Paim citou os casos da Alemanha, que viu o desemprego aumentar de 4,8% para 8,7%; da França, onde subiu de 9% para 11,3%; e o do Japão, cuja taxa de trabalhadores desocupados era de 2,1% e subiu para 4,7%, após a flexibilização.

Para Augusto, estados mais pobres precisam de estímulo aos investimentos

Apesar dos equívocos que carrega e dos efeitos perversos que ocasiona, a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem sido importante instrumento adotado pelos estados pobres para atrair investimentos produtivos, afirmou o senador Augusto Botelho (PDT-RR), ao comentar dispositivo da reforma tributária que põe fim à chamada "guerra fiscal".

O senador criticou o possível fim da prerrogativa que têm os estados de conceder isenções fiscais para atrair empresas a se instalarem em seus territórios. Para ele, não há como combater a "guerra fiscal" sem que sejam criados mecanismos de compensação para os estados mais pobres.

– São necessários pesados investimentos em infra-estrutura, sobretudo nas regiões Nor-



Roosevelt Pinheiro

REFORMA Augusto considera tímidas as medidas de combate às desigualdades regionais

te e Nordeste. Ocorrendo isso, as indústrias certamente se sentirão atraídas para investir. A reforma tributária peca justamente por não prever mecanismos compensatórios suficientemente fortes para que os estados não fiquem completamente impedidos de ajustar sua política fiscal à necessidade de atração de empreendimentos produtivos e à geração

de emprego – analisou Augusto Botelho.

O parlamentar comentou a proposta, que também consta do texto da reforma, de criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, formado com 2% da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses recursos seriam aplicados em políticas de combate às desigualdades regionais. Mas, para o senador, a medida é ainda tímida.

– Se o governo quer realmente um desenvolvimento nacional equilibrado e a solução definitiva para as desigualdades sociais e regionais, deveria envidar esforços para isentar ou diminuir o IR e o IPI das empresas instaladas nos estados pobres, ou mesmo aumentar o percentual destinado a esse fundo – sugeriu.



VANTAGEM Valdir Raupp prevê que projeto trará um grande avanço político

Raupp quer interligação elétrica Brasil-Bolívia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu o apoio do governo federal ao projeto de interligação elétrica Brasil-Bolívia, em Guajará-Mirim (RO), elaborado pela Eletronorte, que constrói e opera as principais linhas de transmissão de Rondônia. De acordo com o senador, as autoridades bolivianas demonstraram interesse na compra de energia elétrica brasileira para abastecer

as cidades de Guyamerim e Riberalta, próximas a Guajará-Mirim. Raupp explicou que a interligação poderá ser feita com linhas de 69 quilovolts, totalizando menos de 100 quilômetros, significando baixa tensão para os padrões brasileiros. Os estudos feitos pela Eletronorte para tocar o projeto estimam um custo total de R\$ 25 milhões, considerado modesto

pelo senador. De acordo com Raupp, a interligação não é um projeto muito ambicioso em suas dimensões físicas, mas incorpora grande avanço político. Ele disse que as vantagens para os dois países são evidentes, pois o projeto será um estímulo ao incremento das relações entre Brasil e Bolívia e promoverá intercâmbio comercial e cooperação na área de fronteira.



OPÇÃO Para Tourinho, governo deve poder adotar horário de verão quando julgar necessário

Tourinho sugere horário de verão como alternativa

Numa análise da situação energética do país, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) advertiu que determinar o fim do horário de verão significa inviabilizar a possibilidade de o Executivo adotá-lo, quando necessário, para enfrentar crises ou até para evitá-las.

– Trata-se, portanto, de um instrumento de que o Poder Executivo deve dispor para melhor regular a demanda e a oferta de energia, e que não pode ser simplesmente extinto – avisou o parlamentar.

Referindo-se a noticiário segundo o qual o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados vai solicitar à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o fim do horário de verão, o senador disse que a discussão do tema é válida, mas pediu maior reflexão.

Tourinho reconheceu que, do ponto de vista eminentemente técnico, no momento há sobra de energia e, portanto, a adoção do horário de verão neste ano seria dispensável. Mas avisou que se trata de assunto controverso.

– O horário de verão traz benefícios. Ainda que a redução do consumo total seja pouco expressiva, o objetivo maior é reduzir a demanda máxima no horário de ponta de carga do sistema interligado. Há um deslocamento do horário de ocorrência da ponta e, consequentemente, maior segurança e confiabilidade.

Para Tourinho, o mais importante é que o horário de verão possa ser usado, quando necessário, pelo Executivo.

– Se o país estiver atravessando uma crise de abastecimento de energia, a adoção do horário de verão será imprescindível. Se o abastecimento estiver com folga, talvez não valha a pena instituí-lo. Essa decisão deve ser tomada por quem opera o sistema elétrico – frisou.

Arthur Virgílio cobra ousadia do governo para reduzir taxa de juros

Líder do PSDB defende queda para 19% ao ano agora e 14%, ou menos, em dezembro



CONCLAMAÇÃO “Ouse, ministro Palocci, ouse tanto quanto a macroeconomia permitir”, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), conclamou o governo a baixar os juros, uma vez que os números da economia mostram estar a inflação sob controle. Para ele, seria uma insanidade diminuir a taxa de juros somente por desejo do governo, mas também seria uma insanidade não reduzir os juros tanto quanto se pode, diante dos números da economia.

O senador afirmou que o “espetáculo do crescimento” a-

nunciado pelo presidente Lula não poderá ocorrer em 2003. No entanto, observou, se o governo quiser manter a possibilidade de crescimento em 2004, precisa dar um “choque de juros”, baixando as taxas para

19% ao ano agora e 14%, ou menos, no final do ano – atualmente, a taxa é de 22% ao ano. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reúne-se para definir o novo patamar de juros do país.

– Ouse, ministro Palocci, ouse tanto quanto a macroeconomia permitir –, disse Arthur Virgílio, em uma referência ao ministro da Fazenda.

Para o senador, o Brasil está entrando no círculo vicioso de menos arrecadação, levando a

cortes orçamentários que resultam em recessão e desemprego. Segundo a *Folha de S. Paulo*, citada por ele, em agosto o governo arrecadou R\$ 3,7 bilhões a menos do que em julho. Fatalmente, previu, isso resultará em redução de despesas para garantir o superávit primário, e somente uma queda abrupta da taxa de juros poderá impedir o agravamento da recessão.

Arthur Virgílio ressaltou que os brasileiros não são tolos e estão vendo o que está acontecendo com sua família e seus vizinhos. De nada adiantaria, portanto, na sua opinião, a “propaganda otimista e vazia do governo”, diante das consequências da crise econômica sobre cada pessoa.

Efraim aponta risco de medidas precipitadas na área de regulação

O senador Efraim Morais (PFL-PB) alertou o governo para o risco das decisões econômicas açodadas, capazes de condenar o país à estagnação por assustarem investidores, hoje já temerosos de direcionar seus recursos para o Brasil. O parlamentar fez essa advertência num discurso em que analisou o modelo de regulação brasileiro.

O que importa, antes de destruir o modelo vigente, na opinião de Efraim Morais, é refletir se o que está sendo proposto é bom para o país e para a população no longo prazo, “separando-o das propostas ideologicamente enviesadas, mas péssimas do ponto de vista prá-

tico, separando-o do que é medida de curto prazo com intenções eleitorais e, por fim, separando-o daquilo que não tem sustentação do ponto de vista da experiência brasileira e internacional”.

O senador salientou que o objetivo de proceder à reforma do Estado deve sempre ser o de construir instituições que fortaleçam o aparato estatal, para que este possa fazer o que deve e evitar o que não deve fazer.

– A teoria econômica mais moderna conclui que os mercados não são totalmente eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as distribuições resultantes do mercado – observou.

Efraim disse que o Estado desempenha um papel importante, não só garantindo a segurança física dos cidadãos e realizando outras metas sociais, como também participando da promoção do desenvolvimento econômico. Ele frisou, contudo, que nada garante que a intervenção na economia seja benéfica. Em sua opinião, o problema institucional leva às questões de como capacitar o governo para que realize uma boa intervenção e de como induzi-lo a atuar bem.

Para o senador, nenhuma dessas condições garante que os governos intervenham de acordo com o interesse público. A simples capacidade do



RECEIO Segundo Efraim, decisões açodadas podem assustar investidores

Estado para intervir nos mercados é um espaço atrativo para a influência dos interesses privados, daí ele avaliar que a qualidade da intervenção estatal na economia depende da organização interna do Estado e do desenho das instituições democráticas, que determinam se os cidadãos podem controlar os políticos.

José Cruz



FORTEALECIMENTO Medida deve trazer estímulo para agricultura familiar, informa Amir Lando

Lando destaca política para extensão rural

Ao comemorar os 32 anos de fundação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Rondônia, o senador Amir Lando (PMDB-RO) anunciou que o governo planeja replantar uma política nacional para o setor, nos moldes da antiga Embrater. Para o senador, a história do país “precisa continuar sendo escrita com o trabalho, dedicação e espírito público que caracterizavam essa instituição sucateada no governo Collor”.

– Há um presente sendo desembrulhado. O governo está desatando os melhores laços para replantar uma política nacional de assistência técnica e extensão rural.

O objetivo da proposta do governo, disse o senador, é apoiar, estimular e animar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

De acordo com Lando, entre os princípios orientadores dessa nova política está o de promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na co-responsabilidade entre os agentes do processo, estabelecendo interações efetivas e permanentes com a comunidade.

O governo pretende ainda, segundo o senador, adotar um enfoque multidisciplinar, estimulando novos paradigmas tecnológicos que permitam inserção não subordinada das populações locais no mercado globalizado, no sentido de gerar novas fontes de renda economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis.

Jucá quer apoio à produção de arroz em Roraima

O alto índice de produtividade do arroz plantado em Roraima – sete toneladas por hectare – foi destacado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que solicitou ao governo apoio para a agricultura de seu estado, “a última fronteira agrícola” brasileira.

Roraima, disse o senador, dispõe de mais de 2 milhões de hectares de terras propícias ao cultivo de grãos e outras culturas. As condições do estado,

com maior quantidade de horas de sol, e a riqueza do solo propiciam índices de produtividade muito maiores que os das outras regiões do Brasil, assinala Jucá.

Ele citou entrevista do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, na qual ressalta que “a política pública não é só apoio à produção, mas também de logística e de infraestrutura”. De acordo com o senador, “a orientação firme do minist-

tro” trará apoio à agricultura de Roraima.

Oitavo produtor mundial de arroz, com 10,5 milhões de toneladas anuais, o Brasil é também, segundo Jucá, grande importador do cereal. A carência de arroz no Cone Sul, segundo ele, aumentou o preço do produto. Enquanto a tonelada do cereal custava US\$ 90 no mês de fevereiro, agora está sendo vendida, pelos Estados Unidos, por até US\$ 195, disse.



DESEMPENHO Romero Jucá lembra que seu estado registra maior produtividade no país

Fátima Cleide pede mais verbas para pesquisa sobre transgênico

■ População deve ser orientada sobre efeitos de alimentos geneticamente alterados, diz senadora

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu em Plenário, na sexta-feira, reivindicação dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que sejam ampliados os investimentos em biotecnologia, de modo a se aprofundarem os estudos em torno dos alimentos geneticamente modificados. A sociedade brasileira precisa ser mais bem orientada sobre os efeitos dos transgênicos, argumentou.

Ela chamou a atenção para a importância das pesquisas envolvendo os produtos transgênicos, ao advertir que não se



REGRAS Fátima Cleide observa que governo vai dotar o país de legislação atualizada

deve trabalhar com o “fato consumado”, que atende principalmente aos interesses das grandes empresas de biotecnologia.

Fátima Cleide ressaltou que a Embrapa reconhece que o governo está analisando o tema em profundidade e de forma participativa, para dotar o Brasil de uma legislação atualiza-

da e que atenda aos anseios dos brasileiros, “inclusive em relação à rotulagem desses produtos já estabelecida em países europeus”.

Lembrou ainda que o presidente Lula anunciou que enviará projeto ao Congresso com o objetivo de disciplinar os produtos transgênicos.

A senadora salientou que a questão dos transgênicos seria objeto, na noite de sexta-feira, de um ato político no Camping de Brasília, promovido por entidades socioambientalistas e representativas de trabalhadores rurais e urbanos, pequenos agricultores, comunidades indígenas e estudantes de Agro-

Essas entidades estão constituindo, segundo Fátima Cleide, um fórum programado para durar um mês, com ações junto ao Congresso Nacional, ao governo federal e ao Judiciário, visando discutir, entre outros assuntos, a questão dos produtos transgênicos.

Acidente

Fátima Cleide esclareceu que o acidente fluvial ocorrido, na última terça-feira, no Rio Solimões, quando ela e o senador Sibá Machado (PT-AC), além de outras pessoas, visitavam a base de Urucu da Petrobras, a 370 quilômetros de Manaus, não resultou em vítimas graves. Explicou que Sibá sofreu ferimentos leves e está se recuperando.

A lancha em que viajavam, conforme relato da parlamentar, colidiu com um dos grandes barcos de recreio da região, o *Maresia 2*, e terminou naufragando.

Papaléo cobra regras sobre destino do lixo no país



PROVIDÊNCIA Papaléo defende votação de projetos que fixam política sobre resíduos sólidos

Ao defender a necessidade de o Brasil instituir uma política nacional de resíduos sólidos para dar um destino ao lixo produzido no país, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu uma definição do Congresso sobre dois projetos que tratam do assunto. Um deles, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 354/89, foi remetido à Câmara em março de 1991 e, com o término da legislatura passada, foi para o arquivo. O outro, PLS nº 265/99, tem parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO) e está para ser inclu-

ído na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador informou que a primeira proposta, de iniciativa do então senador Francisco Rollemberg, recebeu substitutivo do ex-deputado Emerson Kapaz, mas não foi votada. O projeto tinha o objetivo de fixar os parâmetros que deveriam nortear a gestão dos resíduos sólidos no país, entre os quais os princípios de responsabilidade dos produtores, o da gestão integrada dos resíduos, o da prevenção e o do poluidor-

pagador.

A outra proposição, do então senador Lúcio Alcântara, visa dotar o país de uma política de resíduos sólidos abrangente e coerente, em sintonia com os conceitos do desenvolvimento sustentável.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2000, Papaléo informou que o lixo coletado no país somava, naquele ano, cerca de 228 mil toneladas por dia. Desse total, 21% eram destinados a depósitos de lixo a céu aberto.

CIDADANIA ESPECIAL

Jornal traz as informações úteis mais solicitadas pelos leitores

Os leitores do **Jornal do Senado** manifestam, na maioria das correspondências, que enviam à redação dúvidas sobre seus direitos, encaminham denúncias e solicitam informações sobre como falar com os gabinetes dos senadores, onde adquirir publicações do Senado ou, ainda, o que fazer para sugerir a elaboração de um projeto.

Entre os pedidos que os leitores enviam, está o de que divulguemos endereços e telefones úteis ao exercício da cidadania,

assim como o teor de leis que repercutem diretamente no cotidiano da sociedade.

Para atender a essas solicitações é que passaremos a publicar todas as segundas-feiras o **Especial Cidadania**, abordando as questões sugeridas. O primeiro deles, publicado nesta edição, mostra os recursos de que o cidadão dispõe para entrar em contato com os parlamentares e apresentar críticas, sugestões e elogios. Recorte e guarde os especiais.

Serviço 0800 recebeu 170 mil ligações desde 1997

Cidadania é a palavra que define o serviço "0800-A Voz do Cidadão", posto à disposição da sociedade pelo Senado Federal desde outubro de 1997. Durante 24 horas por dia, o serviço recebe as mais variadas ligações no telefone 0800-612211. Elas abrangem desde sugestões de projetos, comentários sobre a atuação dos senadores e pedidos de informações sobre legislação. A ligação é gratuita. O acesso ao "A Voz do Cidadão" também pode ser feito por e-mail (cidadao@senado.gov.br), fax (0800-612210) ou pela Internet (www.senado.gov.br).

Desde sua implantação, o serviço já recebeu mais de 170 mil ligações, 48 mil delas só no ano passado. As ligações são originadas, principalmente, dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Ulti-

mamente, cresceu a busca por informações sobre o projeto de reforma da Previdência.

O serviço funciona da seguinte maneira: uma equipe treinada está disponível de segunda a sexta, das 8h às 20h, para receber e encaminhar as solicitações. Nos demais períodos, as mensagens são gravadas eletronicamente e, depois, encaminhadas à área devida.

As sugestões para os senadores lideram as chamadas, com quase 50% dos acessos, desde pedidos de discursos até simples comentários. O 0800 também é procurado por interessados em receber publicações ou cópias de leis ou conhecer a tramitação de projetos.

O sucesso do serviço levou, em junho deste ano, ao lançamento da Campanha do Idoso, em parceria com a Subco-



VOZ DO CIDADÃO Nova central informa sobre direitos dos idosos

missão do Idoso do Senado. Uma central paralela foi criada para esclarecer a população sobre questões relativas à legislação e à tramitação do Estatuto do Idoso.

Sociedade pode sugerir projetos

Para democratizar o acesso da sociedade ao processo legislativo, foram criadas, na Câmara e no Senado, as Comissões de Legislação Participativa (CLP). Por meio delas o cidadão, as associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil podem enviar diretamente ao Parlamento sugestões de projetos, incluindo até emendas à Lei Orçamentária e ao Plano Plurianual.

Vale ressaltar que só podem ser encaminhadas iniciativas que sejam de competência do Congresso Nacional, conforme determina a Constituição federal e os regimentos internos das duas Casas. Por isso, estão fora

sugestões que são da alçada privativa do presidente da República, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Questões municipais e estaduais, como a regulamentação

de taxas e impostos, e propostas de organismos internacionais, não são aceitas. As sugestões podem ser encaminhadas por telefone, fax, e-mail ou via correios.

CLP do Senado

Presidente: senador Magno Malta (PL-ES)
Contatos: (61) 311-1856 Fax: 311-4646
E-mail: clp@senado.gov.br
Endereço: Ala Senador Alexandre Costa, sala 13
Brasília, DF – CEP 70165-020

CLP da Câmara

Presidente: deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)
Contatos: (61) 318-7958 Fax: 318-2889
E-mail: clp.decom@camara.gov.br
Endereço: Anexo II, salas 121-A e 122-A
Brasília, DF – CEP 70160-900

NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Direitos da população da terceira idade e os benefícios que o estatuto trará à sociedade.

A Câmara dos Deputados também oferece aos cidadãos facilidades na hora de se comunicar com os parlamentares

Correspondência

Está disponível em todas as agências dos Correios a "Carta-Resposta" para que o cidadão possa enviar, sem custos, sua sugestão, solicitação, pergunta ou reclamação a um deputado, a uma comissão, à Presidência da Casa ou à Ouvidoria.

Disque Câmara

0800-619 619

Internet

<http://www.camara.gov.br>

Ouvidoria Parlamentar

(61) 318-2949 Fax: 318-8963
ouvidoria@camara.gov.br



Biblioteca da Câmara:

(61) 318-6777 e 318-8754

Tramitação de projetos:

Secretaria Geral da Mesa
(61) 318-6000 ou 318-6001

Publicações:

CeDI: (61) 318-6864
Fax: (61) 318-2190
publicacoes.vedi@camara.gov.br

Visitas guiadas:

(61) 318-5106 e 5107
visitas@camara.gov.br

FALE COM O SENADO

Para escrever aos senadores, basta o cidadão preencher, como no exemplo, um envelope com o endereço abaixo, citando o nome do parlamentar.

Nome do Senador	SELO
Senado Federal Praça dos Três Poderes Anexo I - Térreo Brasília/DF	
CEP 70165-900	

Se o desejo é falar diretamente com o gabinete, o telefone a ser utilizado é o (61) 311-4141. Trata-se de uma central telefônica automática. Basta falar o nome do senador ou senadora e a ligação será transferida para o respectivo gabinete.

A seguir, relacionamos endereços úteis para aqueles que desejam conhecer o andamento de projetos, adquirir publicações do Senado ou conhecer os serviços da biblioteca.

Internet

<http://www.senado.gov.br>

Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas: (61) 311-3575 e 311-3576
E-mail: livros@senado.gov.br

Informações sobre tramitação de projetos

Secretaria de Informações:
(61) 311-3325 ou 311-2572

Biblioteca do Senado

(61) 311-3943 ou 311-3944
E-mail: ssbib@senado.gov.br

Visitas guiadas

(61) 311-3343 e 311-3344

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Mão Santa, Maguito Vilela, Valmir Amaral e pela senadora Lúcia Vânia